

MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA



PROPOSTA DE DISTRIBUIÇÃO DE VALORES PARA A EXECUÇÃO DOS ACORDOS DE EXECUÇÃO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS JUNTAS DE FREGUESIA

Sobre a delegação de competências:

- Considerando que a Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, prevê no art.º 133º a celebração de acordos de execução para a delegação de competências previstas no art.º 132º;
- Considerando que a Câmara Municipal tem delegado nas juntas de freguesia do concelho a sua competência relativa à limpeza das vias municipais, com resultados positivos;

Propõe-se a manutenção da delegação da competência de limpeza de vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros, prevista na alínea b) do n.º 1 do art.º 132º da referida Lei, mediante a celebração de acordos de execução de acordo com a minuta anexa.

Sobre o valor para a execução da delegação de competências:

- Considerando que a Câmara Municipal atribui a verba de 250 000,00 € (duzentos e cinquenta mil euros) para execução desta delegação de competências;

- Considerando que esta Câmara continua a considerar prioritário o reforço no investimento de meios para as freguesias, dentro das condições económicas possíveis;

Propõe-se a manutenção do valor atribuído de 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil euros) anuais, a distribuir pelas freguesias e uniões de freguesias de acordo com os seguintes critérios, em cumprimento do n.º 1 do art.º 135 da citada Lei, resumidos no mapa anexo:

1. Atribuição de um valor de 2.000,00 euros a cada freguesia ou união de freguesias para despesas de funcionamento gerais, no âmbito da execução desta delegação de competências;
2. Atribuição de um valor de 5.000,00 euros a cada freguesia e de 10.000,00 euros a cada união de freguesias para comparticipação na contratação de um cantoneiro de limpeza, assegurando a continuidade do funcionamento nos moldes das anteriores delegações de competências;
3. Atribuição do restante valor de 113.000,00 euros, proporcionalmente à área, população e extensão da rede viária a limpar, para cada freguesia ou união de freguesias, com os coeficientes de ponderação de 0,3 para a área, 0,2 para a população e 0,5 para a extensão de rede viária.

Em anexo:

Minuta de acordo de execução de delegação de competências.

Mapa demonstrativo do cálculo e valor a atribuir a cada freguesia ou união de freguesias.

- Considerando que o Município de Paredes de Coura possui uma extensa área de vias para melhor servir a população do concelho;
- Considerando ser convicção deste Município de que as Freguesias do concelho de Paredes de Coura garantem uma prestação serviços de qualidade às suas populações, através de uma utilização racional dos recursos que para tanto lhes são disponibilizados;
- Considerando que a avaliação relativamente à execução dos protocolos de delegação de competências celebrados com as Juntas de Freguesia do Concelho de Paredes de Coura em anos anteriores se revelou francamente positiva;

- Considerando que, em conformidade com o disposto na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, têm competências para criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes, de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do município ou colocados por lei, sob administração municipal;
- Considerando, ainda, que cabe às câmaras municipais, por força do disposto na alínea 1) do n.º 1 do mesmo artigo 33.º, discutir e preparar com as juntas de freguesia acordos de execução das competências que lhe forem delegadas ao abrigo do disposto no artigo 132.º daquela Lei;

Entre a Câmara Municipal de Paredes de Coura, enquanto órgão do Município de Paredes de Coura, NIPC 506 632 938, com sede no Largo Visconde de Moselos, na vila de Paredes de Coura, representada pelo seu Presidente, Vitor Paulo Pereira, no uso das competências previstas nas alíneas a) e c) do n.º 1 e na alínea f) do n.º 2 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, como Primeira Outorgante, e a Junta de Freguesia de _____/ União das Freguesias de _____ enquanto órgão da Freguesia/União das Freguesias, NIPC _____ com sede em _____ representada pelo seu Presidente _____ no uso das competências previstas nas alíneas a) e g) do n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 75/2013, como Segunda Outorgante, é celebrado, para efeitos do disposto nas alíneas a), b), c), e) e O do n.º 1 do artigo 132.º e nos termos do artigo 133.º, todos da mesma Lei, o presente acordo de execução, que se rege pelas cláusulas seguintes:

TÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

CAPÍTULO 1

Objeto, forma e Prazo do Acordo

Cláusula 1ª

Objeto do Acordo

O presente acordo de execução tem por objeto a delegação de competências da Câmara Municipal de Paredes de Coura na Junta de Freguesia/União das Freguesias de _____, no que diz respeito às competências que se seguem:

- a) _____ Assegurar a limpeza das vias e espaços público, sargetas e sumidouros, constantes dos mapas que se juntam (anexo I);

Cláusula 2.^a

Forma do acordo

O presente acordo de execução de delegação de competências é celebrado por escrito e composto pelo respetivo clausulado e anexos que dele fazem parte integrante.

Cláusula 3.^a

Disposições e cláusulas por que se rege o acordo de execução

1. Na execução do presente acordo observar-se-ão:

a) O respetivo clausulado e o estabelecido em todos os anexos que dele fazem integrante;

b) A Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

2. Subsidiariamente observar-se-ão, ainda:

a) As disposições constantes do Código Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro e sucessivas alterações legislativas, em especial da sua Parte III, com as devidas adaptações;

b) O Código do Procedimento Administrativo.

Cláusula 4.^a

Prazo do acordo

O período de vigência do acordo de execução coincide com a duração do mandato da Assembleia Municipal de Paredes de Coura, salvo casos excecionais, devidamente fundamentados, e sem prejuízo do disposto na cláusula 19.⁸.

TÍTULO II

LIMPEZA DAS VIAS E ESPAÇOS PÚBLICOS, SARGETAS E SUMIDOUROS

CAPÍTULO I

Objeto

Cláusula 5.^a

Vias e espaços públicos, sargetas e sumidouros

Constituem parte integrante do domínio municipal, uma vasta rede de vias e espaços de livre acesso ao público, bem como sargetas e sumidouros cuja limpeza constitui objeto do presente acordo de delegação de competências.

Cláusula 6ª

Gestão e conservação

1. A limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros compreendem, nomeadamente, a varredura e lavagem, manual ou mecânica das vias e espaços públicos e a desobstrução e limpeza de sarjetas e sumidouros.
2. O exercício da delegação da competência é constituído pela prática de todos os atos necessários à prossecução do interesse público, incluindo a varredura e lavagem das valetas, bermas e caminhos.

CAPÍTULO II

Recursos Financeiros

Cláusula 7ª

Recursos Financeiros e modo de afetação

Os recursos financeiros referentes ao capítulo I deste Título II, destinados ao cumprimento deste acordo de execução são disponibilizados pela Primeira Outorgante e transferidos para a Segunda Outorgante trimestralmente, em conformidade com o respetivo mapa financeiro que constitui o anexo II e faz parte integrante deste acordo de execução.

CAPÍTULO VI

Direitos e Obrigações Cláusula

Cláusula 8ª

Direitos da Primeira Outorgante

Constituem direitos da Primeira Outorgante:

- a) Verificar o estado de limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros;
- b) Solicitar à Segunda Outorgante informações e documentação, nos termos da cláusula 15.8;
- c) Apresentar à Segunda Outorgante sugestões e propostas, no âmbito das reuniões fixadas no n.º 1 da cláusula 12.8.

Cláusula 9ª

Obrigações da Primeira Outorgante

No âmbito do presente acordo de execução, a Primeira Outorgante obriga-se a:

- a) Pagar as despesas de limpeza nas condições fixadas na cláusula 1ª;
- b) Verificar o cumprimento do acordo de execução nos termos da cláusula 15ª;
- c) Elaborar um relatório anual de análise de acordo com o fixado no n.º 3 da cláusula 15ª

Cláusula 10ª

Direitos da Segunda Outorgante

Constituem direitos da Segunda Outorgante:

- a) Receber atempadamente as transferências;
- b) Solicitar à Primeira Outorgante apoio técnico no planeamento intervenção.

Cláusula 11ª

Obrigações da Segunda outorgante

No âmbito do presente acordo de execução, a Segunda Outorgante fica obrigada a:

- a) Proceder de forma correta e equilibrada à limpeza das vias e espaços públicos, sargetas e sumidouros;
- b) Pautar toda a sua atuação sob critérios de eficiência, eficácia e economia, no cumprimento das competências delegadas;
- c) Recrutar os recursos humanos necessários ao cumprimento do presente acordo de execução, sendo da sua responsabilidade o pagamento das despesas por estes originadas;
- d) Entregar à Primeira Outorgante os relatórios a que se refere a Cláusula 13ª.

TITULO III

DISPOSIÇÕES COMUNS

CAPÍTULO I

RELATÓRIOS E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO

Cláusula 12ª

Obrigações adicionais

Para uma articulação entre a Primeira Outorgante e a Segunda Outorgante, no âmbito do cumprimento deste acordo de execução, podem os representantes indicados por ambas, reunir-se sempre que necessário, devendo ser elaboradas atas das reuniões.

Cláusula 13ª

Informação a disponibilizar pela Segunda Outorgante

A Primeira Outorgante pode solicitar relatórios de avaliação da execução que visem uma melhor compreensão da satisfação do interesse público.

Cláusula 14ª

Ocorrências e emergências

A Segunda Outorgante deve comunicar à Primeira Outorgante, imediatamente, por contacto pessoal e por escrito, qualquer anomalia que afete ou possa afetar de forma significativa o objeto do presente acordo de delegação de competências a que refere a cláusula 1ª.

Cláusula 15ª

Verificação do cumprimento do objeto do acordo de execução

1. A Primeira Outorgante pode verificar o cumprimento do acordo de execução, mediante a realização de vistorias e inspeções às limpezas realizadas pela Segunda Outorgante, bem como exigir-lhe informações e documentos que considere necessários.
2. As determinações da Primeira Outorgante emitidas no âmbito da verificação do cumprimento do objeto do acordo de execução são imediatamente aplicáveis e vinculam a Segunda Outorgante, devendo esta proceder à correção das situações em conformidade com aquelas.
3. A Primeira Outorgante elabora um relatório anual de análise, com fundamento nas informações disponibilizadas pelos seus serviços técnicos e pela Segunda Outorgante, tendo em vista a avaliação do cumprimento do acordo de execução e se necessário a determinação da correção de eventuais desconformidades detetadas.

CAPÍTULO II

MODIFICAÇÃO, RESOLUÇÃO E CESSAÇÃO DO ACORDO DE EXECUÇÃO

Cláusula 16ª

Modificação do acordo de execução

1. O presente acordo de execução pode ser modificado por acordo entre as partes outorgantes, sempre que as circunstâncias em que as partes outorgantes fundaram a decisão de acordar a delegação de competências tiverem sofrido uma alteração anormal e imprevisível, desde que a exigência das obrigações por si assumidas afete gravemente os princípios da boa fé e não esteja coberta pelos riscos próprios do acordo de execução.
2. A modificação do acordo de execução obedece a forma escrita.

Cláusula 17ª

Resolução pelas Partes Outorgantes

1. Sem prejuízo dos fundamentos gerais de resolução do acordo de execução, as partes podem resolver o presente acordo de execução quando se verifique:

- a) Incumprimento definitivo por facto imputável a um dos Outorgantes;
- b) Por razões de relevante interesse público devidamente fundamentado.

2. Quando a resolução seja fundamentada nos termos da alínea b) do número anterior, a Primeira Outorgante deve demonstrar o preenchimento dos requisitos previstos nas alíneas a) a e) do n.º 3 do artigo 115.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Cláusula 18ª

Revogação

O presente acordo de execução não é suscetível de revogação.

Cláusula 19ª

Caducidade

1. O acordo de execução caduca nos termos gerais, designadamente pelo decurso do respetivo período de vigência, de acordo com o disposto na cláusula 4.a, extinguindo-se as relações contratuais existentes entre as partes, sem prejuízo do disposto no número seguinte.
2. O acordo de execução considera-se renovado após a instalação da Assembleia Municipal de Paredes de Coura, não determinando a mudança dos titulares dos órgãos do Município de Paredes de Coura e da Junta /União de Freguesia de _____ a sua caducidade, salvo se aquele órgão deliberativo autorizar a denúncia deste acordo, no prazo de seis meses após a sua instalação.

Cláusula 20ª

Entrada em vigor

O presente acordo de execução entra em vigor no dia 1 de janeiro de 2018.

Parágrafo único:

A minuta deste acordo de execução foi presente a reunião da Câmara Municipal de Paredes de Coura de 28 de novembro 2017 e, em conformidade com o disposto na alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, submetida à sessão da Assembleia Municipal de Paredes de Coura de 15 de dezembro de 2017, para efeitos da autorização, no termos da alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º da mesma Lei, e presente à reunião da Junta/União de

Freguesia de _____, em conformidade com o disposto na alínea 1) e j) do n.º 1 do artigo 16.º da referida Lei, submetido à sessão da Assembleia de Freguesia/União das Freguesias de _____ para efeitos de autorização nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 9.º do mesmo diploma legal.

Anexo I

Mapa das vias

Anexo II

Mapa financeiro a que se refere a cláusula 7ª

Paços do Município, aos de de 2018

Pela Câmara Municipal

Vitor Paulo Gomes Pereira

Presidente

Pela Junta /União de Freguesia